



Apresentação

A prestação de contas pelo administrador público, para mim, antes de uma obrigação legal e necessidade formal, é o grande momento para confirmação do respeito pelo cidadão e pela sociedade. Esta é a ocasião em que os atos e ações podem ser conferidos, individualmente e dentro do conjunto de atividades que cabem ao gestor.

Esta obrigação, que, assim como todos os meus antecessores, cumpro com prazer, permitirá identificar o seguimento que esta Administração deu à meta principal: melhorar a prestação jurisdicional. No ano de 2003, o segundo de atuação, permitiu, com o tempo, a realização de praticamente todos os planos administrativos.

O relatório que aqui está indica, de forma clara, a confiança do cidadão no Judiciário gaúcho e revela, de modo irrefutável, a contrapartida dos prestadores desse serviço, quer sejam magistrados, quer sejam servidores. Assim, as tabelas comprovam, aumentou a procura pelo Judiciário, representada em um acréscimo de quase 20 por cento no 1º grau, de 10 por cento no 2º grau e de 11 por cento nos Juizados Especiais Cíveis.

A resposta do Poder Judiciário gaúcho, motivo de conforto profissional para os que atuam diretamente na judicância, deve também orgulhar a toda a sociedade. Assim, mesmo trabalhando em boa parte do ano sob extrema pressão causada pela incerteza sobre o futuro, nossos magistrados conseguiram ser mais produtivos, julgando mais e fazendo crescer as estatísticas referentes aos processos concluídos.

E, fiel ao seu tempo, em que não cabe apenas justificar dificuldades, a Administração do Tribunal

de Justiça utilizou toda a sua capacidade e criatividade, para dar eficiência e eficácia a cada real colocado a seu dispor, como a cada ação desenvolvida.

Nesta linha, é possível citar a criação e implantação de um verdadeiro plano diretor, que vai culminar, em 2006, com o Judiciário sendo proprietário de todos os imóveis sob seu uso, bem como dotando cada comarca de prédio próprio, buscando racionalizar e melhorar o atendimento ao público e a prestação jurisdicional. E, para todos os investimentos, os recursos já estão previstos, sempre a partir do gerenciamento dos depósitos judiciais, o que, vale dizer, sem depender do Erário estadual.

O relatório também mostra os investimentos feitos na área de informática, que permitem a interligação de todas as comarcas, o que, vale dizer, tornando universal o acesso às informações processuais. Complementam esta iniciativa o fornecimento de equipamentos e o treinamento de pessoal, em vários níveis; reuniões e encontros de magistrados e cursos de aprimoramento profissional e de treinamento para servidores completam as ações desenvolvidas ao longo do ano que passou.

Assim, todos os dados aqui constantes resultam no que é e como atua o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, onde o objetivo é a prestação do melhor serviço, na busca efetiva do fazer justiça. Nessa intenção, magistrados e servidores dedicaram o melhor de suas capacidades e toda a boa vontade na realização das tarefas e na formulação de sugestões de melhoria e aperfeiçoamento.

E toda atuação, registre-se, mantendo-se o Judiciário gaúcho dentro dos absolutos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, adotando uma política

salarial justa, como são provas a correção integral das perdas do período, recuperação de parte do resíduo de perdas salariais de anos anteriores e o pagamento, devidamente corrigido, de todos os valores em atraso.

Por fim, devo salientar o esforço realizado na manutenção de uma relação cordial e produtiva com

instituições, representações legais e sociais, defendendo e exercendo a constitucional e saudável harmonia e independência entre os Poderes. Sempre no respeito e consagração à sociedade, em função de quem existimos e a quem devemos, queremos e nos orgulhamos em servir.

Des. José Eugênio Tedesco

Presidente